



ISSN 1984-5634

DOSSIÊ - PRESENTAÇÃO

TEMOS PENSADO MUITO EM TODOS VOCÊS: ELABORAÇÕES COLETIVAS SOBRE AS COMISSÕES DA VERDADE

CAMILLA CRISTINA SILVA*

PAULA FRANCO**

PEDRO FAGUNDES***

...verdade é coisa inquieta que mexe com a gente.

Honestino Guimarães, 1972

EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

Rio de Janeiro, onze de dezembro de 1972. Há 50 anos, Honestino Guimarães escreveu sua última carta endereçada à mãe, Maria Rosa Leite Monteiro. Honestino pulsava lucidez e poesia em suas palavras: “tenho pensado muito em vocês todos”. Viver da luta e da espera, pelos reencontros, pelo enfrentamento e pela reconstrução do país. Assim eram os anos 1970 de Honestinos, Ana Rosas, Bacuris e tanta gente, ainda hoje, anônima. Não tão distantes do que foi esta última década, guardadas as proporções históricas, de ação conjunta contra novos golpes, de resistir à ascensão do ódio e de esperança dos retornos. No Brasil de 2022 comemoramos dez anos do início dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Uma década de transformações importantes no campo da memória, verdade e justiça, de um processo singular que fomentou a criação de diversas comissões da verdade pelo país.

Há certo consenso nos estudos pós-comissões da verdade que indicam a dubiedade do contexto aberto após as investigações no Brasil. Do ponto de vista da justiça transicional, são inegáveis as contribuições para investigação de casos, montagem de acervos documentais e testemunhais, reconhecimento nominal de autores de graves violações de direitos humanos,

COMO CITAR:

SILVA, C.C.; FRANCO, P.; FAGUNDES, P.
Apresentação. *Aedos*, v. 14, n. 32, p. 5-9, jul.–dez., 2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

* Pós-doutoranda pela Universidade de Brasília e Doutora em História pela UFOP. Professora na SEEDF e na Uniprojeção. Foi pesquisadora da CNV e da Comissão da Verdade de MG. E-mail: ccs.historia@gmail.com

** Doutoranda em História pela UnB e bolsista CNPq, foi pesquisadora da CNV e coordenadora do Ministério dos Direitos Humanos em apoio à CEMDP. E-mail: paulafranco.historia@gmail.com

*** Prof. Associado da Universidade Federal do Espírito Santo. Coordenou a Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (2013-2016). E-mail: pefagundes@uol.com.br

impulso à responsabilização penal e na legitimação histórica do caráter sistemático e generalizado da máquina repressiva da ditadura militar brasileira. Internacionalmente, a CNV foi considerada exemplar, quanto às sete características elencadas pelo *Transitional Justice Research Collaborative*. Na escala máxima de nota sete, obtida nos últimos anos apenas pelas comissões de El Salvador e Serra Leoa, a CNV obteve nota seis (SIKKINK; MARCHESI, 2015).

Ao mesmo tempo, vimos a disputa pelo passado ditatorial estar cada vez mais presente nesta última década. Vimos o alcance da narrativa negacionista, nas falas e ações dos últimos presidentes e dos brasis paralelos. Ainda assim, não esquecemos do enfrentamento diário e da luta por garantir a continuidade de investigações, das políticas de reparação e o fomento à responsabilização individual de torturadores pelo movimento de familiares, de pesquisadoras e pesquisadores, do Ministério Público Federal e de organizações de direitos humanos. Em todo esse tempo, temos pensado muito em todos vocês!

Ainda que, desde o governo de Michel Temer com aprofundamento nos últimos anos de presidência de Jair Bolsonaro, tenhamos assistido a fragilização crescente dos mecanismos estatais criados em resposta à violência massiva da ditadura brasileira - vide o esvaziamento da Comissão da Anistia e a extinção da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em dezembro deste ano - as iniciativas sociais não cessaram. Em abril de 2016, o caso do assassinato de Vladimir Herzog foi remetido à Corte Interamericana de Direitos Humanos, que julgou o Estado brasileiro responsável pela tortura, morte e ausência de investigação sobre o caso do jornalista. No mesmo ano, o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Universidade Federal de São Paulo, então responsável pela guarda das ossadas da Vala de Perus, identificou os restos mortais de Dimas Antônio Casemiro e Aluísio Palhano Pedreira Ferreira. No ano de 2021, pela primeira vez na nossa história, um agente da repressão foi condenado pela justiça brasileira. Carlos Alberto Augusto, conhecido como “Carlinhos Metralha”, recebeu a pena de dois anos e onze meses de reclusão em regime inicial semiaberto, pelo sequestro qualificado e cárcere privado de Edgar de Aquino Duarte, desaparecido desde 1973.

Para além da CNV, com o desenrolar do processo chamado pela socióloga Cristina Buarque de Hollanda (2018) de *comissionismo* - marcado pelo advento das comissões em âmbito estadual, municipal e setorial -, ficou evidente a complexidade dos passados convocados pelas diferentes perspectivas registradas no cenário plural das comissões. A verdade construída pelas comissões ficou carregada pelas tintas dos marcadores de gênero, de raça, ao compasso em que lacunas e insuficiências desses trabalhos também emergiram como crítica política. A entrega dos relatórios finais e o depósito dos acervos documentais constituídos por essas comissões, todavia, não decretou o encerramento do processo histórico aberto - ou, no limite, intensificado - pela existência das comissões.

Até porque, de fato, a verdade se mostrou uma “coisa inquieta”, dinamizadora da conjuntura dos últimos anos. Após o fim do fenômeno das comissões, do golpe contra a presidenta Dilma Rousseff à eleição do Bolsonaro, o passado mostrou-se ainda mais fortemente como barganha: as efemérides anuais do golpe de 1964 foram celebradas de maneira apologética; a história do desaparecido político Fernando Santa Cruz foi tratada como peça de um jogo político insólito; o nome do diretor da Casa de Detenção do Recife - identificado como parte da cadeia de comando implicada na morte de Amaro Luiz de Carvalho -, constante no relatório da CNV, foi tarjado por decisão da justiça; o Arquivo Nacional e o Projeto Memórias Reveladas foram negligenciados. Em seu conjunto, essas ações serviram para

adensar e legitimar a postura de espectros da extrema direita que reivindicam – de modo público e frequente – retorno ao passado da última ditadura.

A coletânea de textos a seguir nos informa sobre esse histórico, foca em lacunas e potencialidades sobre esse processo, focaliza acontecimentos congêneres nos lembrando que a história nacional é, também, a história latino-americana. A reunião dessas reflexões tão primorosas também nos informa sobre uma nova geração de pesquisadoras e pesquisadores que perderam a “inocência epistêmica” em relação à condição do distanciamento e da neutralidade, como orienta Caroline Bauer (2017).

Os trabalhos são abertos pela reflexão do historiador Tássio Brito. Seu texto mira para a construção da verdade a respeito da figura famosa e polêmica Carlos Marighella. O processo do ex guerrilheiro foi apreciado em 1996 pela CEMDP - comissão que havia sido criada no ano anterior. O artigo de Brito nos apresenta mais do que engrenagem complexa da comprovação (dentro de muitos limites) a respeito da morte do líder da Ação Libertadora Nacional, a reflexão expõe a pluralidade documental típica dos processos individuais que conformam o acervo da CEMDP, um conjunto de fontes complexo e extremamente relevante para todas as iniciativas que vieram depois, incluindo as comissões da verdade.

Na sequência, sob autoria coletiva de Luciano Rodrigues Castro, Ana Paula de Castro Neves e Daniel Albuquerque de Abreu, *As apropriações queer do passado* nos convoca a pensar sobre um tema que tem ganhado muita atenção nos últimos anos. As questões *queer* têm se revelado como lentes novas para ler passados que já foram foco de estudos sob outros prismas. Essa temática, entre outras, foi apresentada como ponta de lança por comissões da verdade estaduais, municipais e setoriais que adotaram um traço autoral muito militante na escolha dos assuntos e metodologias de investigação. Nesse sentido, o texto tem o mérito, ainda, de nos fazer enveredar sobre a Comissão da Verdade Rubens Paiva, de São Paulo, a comissão responsável por dar partida no fenômeno do *comissionismo*.

Para fechar as reflexões que observam exclusivamente o caso brasileiro, a professora da UFRRJ Flora Daemon nos convida a conhecer as perspectivas do ex-deputado Adriano Diogo, militante histórico que foi preso na ditadura e presidente da comissão da verdade paulista. Na entrevista, Daemon e seu entrevistado centralizam as discussões em um tema que tem vindo à tona recentemente: a responsabilidade empresarial como pilar da repressão ditatorial. Para além da incontestável relevância do assunto, é preciso reconhecer a contribuição desse texto para o dossiê, já que o acordo conduzido pelo Ministério Público Federal que garantiu que a indenização da Volkswagen fosse direcionada a investigações sobre a temática pode ser lida, também, como um desdobramento dos trabalhos das comissões da verdade.

Um segundo grupo de textos reposiciona o Brasil em perspectiva com países vizinhos que passaram por contextos similares. Nesse movimento, Leonardo Fetter da Silva e Cláudia Vargas Machado trabalham em perspectiva comparada a Comissão de Verdade e Reconciliação peruana e a Comissão Nacional da Verdade brasileira. Para isso, foi elaborado um breve panorama sobre a construção da justiça de transição e o estabelecimento de comissões na América Latina. A interessante análise encontra os caminhos compartilhados pelos dois países, mas principalmente as especificidades na estruturação e tratamento das investigações pelas comissões, diante das distâncias temporais dos Estados autoritários em que são instituídas.

Também em estudo comparado, Tamara Claudia Coimbra Pastro e Marrielle Maia Alves Ferreira, constroem um diálogo entre as experiências comissionadas no Brasil e no Chile. As autoras refletem

sobre o eixo memória e verdade a partir das diferenças em pontos fundamentais, desde o desenrolar da transição para a democracia até o cenário de desenvolvimentos dos trabalhos das comissões da verdade nos dois países. No decorrer da investigação, são levantados dados importantes para entender a genealogia da consolidação dos regimes autoritários, repressão e transição política após os golpes de 1964 e 1973, bem como o perfil das vítimas e da relação destas com as lutas contra as ditaduras.

Finalmente, o último bloco de reflexões convida as leitoras e os leitores a enveredar por outras realidades. Realidades essas que nos permitem, aqui no Brasil, a olhar mais longe no horizonte das nossas possibilidades. Nesse sentido, Juan Sebastián Granada Cardona analisa em seu texto os silêncios e as zonas cinzentas em torno um episódio da longa história de repressão policial colombiana contra estudantes, ocorrido em 1984. Conflito que resultou numa onda repressiva contra militantes e entidades estudantis colombianas. Esses eventos nortearam as atividades e reflexões dos coletivos, movimentos da sociedade civil e as comissões da verdade. Segundo o autor, há muitas décadas na Colômbia, a repressão contra os opositores, em especial dentro das universidades, faz parte da rotina autoritária". Na busca da verdade, entre 2016 e 2021, estudantes da *Universidad Nacional de Colombia* colaboraram na produção de um volume que compôs o relatório final da chamada *Comisión para el Esclarecimiento de la Verdad, la Convivencia y la No repetición (CEV) en Colombia*. Ao cotejar esse episódio, o autor procura destacar as diferenças na construção da memória entre as militantes estudantis e a memória institucional na Colômbia. Assim, o artigo de Juan Sebastián Granada Cardona apresenta uma importante contribuição para o conhecimento sobre a justiça de transição colombiana. De fato, esses estudos são fundamentais para estabelecer um quadro transnacional e transregional dos estudos sobre os períodos autoritários recentes. Por razões acadêmicas e políticas, essa diversidade sobre as experiências de outros países são fundamentais para a reflexão sobre diversas possibilidades de abordagens das questões ligadas aos legados da Comissões da Verdade.

Fecha o dossiê, a entrevista realizada pela historiadora Paula Franco, uma das organizadoras deste dossiê, com o sociólogo argentino Emilio Crenzel. Esse diálogo complexifica o tom imperativo e definitivo que as palavras de ordem *Nunca Más* carregam, colocando sob a expressão sua inserção política e social cotidiana. Especialista no contexto da *Comisión sobre la Desaparición de Personas (CONADEP)*, Crenzel transita, nesta entrevista, em sua trajetória acadêmica pensando os silêncios, sobreposições e potencialidades da construção cotidiana daquilo que se apresenta mais como horizonte a ser perseguido do que como ponto final, o *Nunca Más* argentino.

Nosso intuito quando pensamos neste dossiê era de estimular o debate entre diferentes áreas de conhecimento sobre temporalidades múltiplas, avanços e retrocessos que atravessaram os anos decorrentes da investida por memória, verdade e justiça na América Latina. Em âmbito transnacional e de diálogo regional no Brasil, os trabalhos aqui incluídos abarcam novos olhares sobre os processos comissionados, novos e velhos sujeitos da violência de Estado e investigações minuciosas dos mecanismos de enfrentamento a passados de violência massiva.

Nestes últimos anos no Brasil estar alerta significou sobreviver a contrapelo, mesmo quando as ações políticas e os discursos de ódio de tudo fizeram pelo esquecimento e falseamento histórico. Este dossiê ressoa vozes entaladas, de ontem e hoje. Que nos seja alento e nos traga entusiasmo aos novos tempos, de novas (e velhas) lutas.

REFERÊNCIAS

BAUER, Caroline Silveira. Como será o passado? História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

BUARQUE DE HOLLANDA, Cristina. Direitos Humanos e Democracia. A experiência das comissões da verdade no Brasil. RBCS, Vol. 33, n. 96/2018.

SIKKINK, Kathryn; MARCHESI, Bridget. Nothing but the truth: Brazil's truth commission looks back. In: Foreign Affairs. 26 de fevereiro de 2015. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/south-america/2015-02-26/nothing-truth>. Acesso em 19 dez 2022.